

# O silêncio dos imigrantes: da integração social à participação na vida pública através dos *media*

Fábio Fonseca Ribeiro [[fabiofonsecaribeiro@gmail.com](mailto:fabiofonsecaribeiro@gmail.com)]

Madalena Oliveira [[madalena.oliveira@ics.uminho.pt](mailto:madalena.oliveira@ics.uminho.pt)]

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Braga | Portugal

**Palavras-chave:** imigração, media, participação, cidadania

**Resumo:** Oriundos muitas vezes de países de culturas muito diversas, os imigrantes têm, com frequência, dificuldades de inserção social, representando um problema político para os governos que procuram desenvolver medidas integradoras nas mais diversas esferas da vida em sociedade (na saúde, na educação, etc...). A participação na vida pública e a intervenção nas comunidades de acolhimento são, provavelmente, dois indicadores do grau de envolvimento destes grupos na vida colectiva. Difíceis de aferir, estas condutas podem encontrar nos *media* um dos campos da sua expressão mais visível. Respondem os imigrantes ao apelo de participação generalizadamente lançado aos públicos pelos diferentes órgãos de comunicação social? Que expressão têm os imigrantes nos canais de intervenção abertos às audiências? Estas são as questões que organizam este artigo, cujo objectivo é demonstrar como os imigrantes são um sector silencioso das audiências que estará, inclusive, a escapar aos propósitos de uma educação para os *media* e para a participação.

**Resumen:** Provenientes muchas veces de países de culturas muy diversas, los inmigrantes tienen, con frecuencia, dificultades de inserción social, representando un problema político para los gobiernos que buscan desarrollar medidas integradoras en las más diversas esferas de la vida en sociedad (en la salud, en la educación, etc...) La participación en la vida pública y la intervención en las comunidades de acogimiento son, probablemente, dos indicadores del grado de involucramiento de estos grupos en la vida colectiva. Difíciles de aferir, estas conductas pueden encontrar en los *medios* un campo de su más visible expresión. ¿Contestan los inmigrantes al apelo de participación generalizadamente lanzado a los públicos por diferentes órganos de comunicación social? ¿Qué expresión tienen los inmigrantes en los canales de intervención abiertos a las audiencias? Estas son las cuestiones que organizan este artículo, cuyo objetivo es demostrar como los inmigrantes son un sector silencioso de las audiencias que estará, incluso, a escaparse de los propósitos de una educación para los *medios* y para la participación.

## 0. Introdução

De acordo com Manuel Castells «os fluxos não são só um elemento da organização social: são os processos que dominam a nossa vida económica, política e simbólica» (2005:436). Em certo sentido, a afirmação que o autor enuncia no âmbito da sua tese sobre a sociedade em rede poderia ser expressiva não apenas dos movimentos que organizam a transmissão de informação mas também mais genericamente dos movimentos que organizam as pessoas. Na verdade, também no que diz respeito à mobilidade dos indivíduos, o termo ‘fluxo’ condiz bem com um tempo em que a relação das pessoas com os espaços tende a ser cada vez mais desenraizada. É talvez aí que se situa o fundamento da proposta de Castells segundo o qual ao ‘espaço dos lugares’ se sucede o ‘espaço dos fluxos’.

Tradicionalmente a ideia de território está associada a uma ideia de identidade, tendo o enquadramento geográfico sido sempre definidor do modo como os grupos sociais se auto-percepcionam. No entanto, os desafios da globalização e de uma certa desterritorialização da experiência, próprios de uma sociedade que suprimiu a distância geográfica (Debord, 1992:164), parecem ter dado fundamento ao debate sobre o eventual fim dos territórios, como sinal da desligação das pessoas de um espaço que se domina e se administra. Com efeito, pode dizer-se com alguma propriedade que a «miniaturização quimérica do real» (Bachelard) colocou em crise a ideia de território, sobrepondo-lhe o conceito de multiterritorialidade como expressão de um sentido multi-escalar e multi-dimensional, «que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade» (Haesbaert, 2005:6790). Na face concreta desta filosofia do espaço estão, por certo, os movimentos migratórios, que traduzem de modo exemplar a multiplicidade e, concomitantemente, a multiculturalidade como experiência própria das nações de acolhimento.

O desafio que constitui a interculturalidade é apenas uma das vertentes das interconexões características de um tempo dominado por inteiro pelos imperativos da comunicação e pela aposta na interligação entre pontos distantes, não apenas fisicamente mas também culturalmente. Neste sentido, compreende-se bem que seja sob o signo da implicação que se desenvolvem as relações contemporâneas entre espaços, entre pessoas e entre culturas. Por outro lado, atendendo ao princípio de promoção da igualdade entre os cidadãos, não se estranhará que a atitude participativa seja reclamada como sendo da maior importância para o desenvolvimento democrático.

Coincidentes neste propósito, os campos político e mediático concorrem em paralelo para a promoção de uma certa paridade entre os cidadãos. Ainda que em competências diferentes, em ambos os segmentos encontramos uma aproximação entre o conceito de participação e o exercício da cidadania activa. Condição vista como essencial à integração sócio-política, a participação apresenta-se como a chave de uma sociedade dita de informação, que apela à transição de uma assembleia de massas a uma sociedade de indivíduos comprometidos pessoalmente. Poderão, no entanto, as comunidades imigrantes equivaler-se às nativas em matéria de implicação pública? Sem a ambição de examinar a participação nos diversos sectores da vida colectiva, este artigo propõe-se tomar o quadro dos *media* como ampulheta de avaliação do grau de sucesso das medidas de inserção dos imigrantes nas dinâmicas de comunicação. Numa análise que encara os imigrantes como sector significativo do público e que empreende um estudo exploratório sobre a sua participação em diversos formatos de

auscultação da opinião pública nos *media* portugueses, o propósito é o de contribuir para o reconhecimento de um imperativo de acção junto destas comunidades no âmbito da literacia mediática.

## **1. O lugar dos imigrantes em Portugal e nos *media* portugueses**

A história da deslocação dos povos tem-se escrito em Portugal à conta de ciclos migratórios que parecem ter evoluído definitivamente dos movimentos emigratórios para os movimentos imigratórios. Com um ritmo marcado mais pelas saídas do país do que pelas entradas de países diversos, Portugal conviveu durante séculos (na verdade, desde o período das Descobertas) com a ausência temporária ou permanente de uma quota dos seus cidadãos. Este fenómeno, muito equivalente entre Portugal e Espanha, marcou política e socialmente os dois países com os desígnios das viagens e dos fluxos de pessoas, desde as grandes epopeias dos Descobrimentos às aventuras familiares em busca de melhores condições de vida, passando naturalmente pelas estadas por períodos relativamente curtos por razões literárias ou de instrução, bem características do século XIX.

A partir das últimas décadas dos anos 1900, embora mantendo um movimento de saída, Portugal passou a conhecer os desafios que se impõem a um país acolhedor. Dos retornados de África e nativos dos diversos países de expressão portuguesa, aos cidadãos oriundos dos países de Leste, diversas são as nacionalidades que foram orientando os seus movimentos migratórios para o horizonte português. De acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008, produzido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a população estrangeira residente em Portugal ultrapassava os 440 mil habitantes (SEF, 2008: 21), o que representa quase dez vezes mais do que o valor registado no final da década de 1970. A tendência de aumento exponencial continuou a registar-se em 2008, pois só nesse ano houve um aumento de 21% nos pedidos de fixação de residência, o que permite afirmar que os números ainda não estabilizaram, mantendo a perspectiva de um constante crescimento. Segundo o mesmo documento, «as nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal são o Brasil<sup>1</sup>, Ucrânia, Cabo Verde, Angola, Roménia, Guiné-Bissau e Moldávia» que representam cerca de 71% dos imigrantes em Portugal, começando a ser também significativas as percentagens de imigrantes oriundos do continente asiático.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Os imigrantes brasileiros representam quase metade dos pedidos de autorização de residência.

<sup>2</sup> Relativamente à distribuição da população imigrante, não poderá falar-se de diferenças significativas, uma vez que há um equilíbrio neste domínio, sendo 52% dos imigrantes do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

Actualmente, a imigração constitui um desafio para os governos, não só pelas questões de segurança inerentes aos fluxos de pessoas de diferentes nacionalidades mas também pela necessidade de integrar social e culturalmente os cidadãos oriundos de outros países e evitar assim a sua marginalização. Ainda que esteja nas mãos dos Estados regular as autorizações de entrada e assim regular o número de imigrantes, pode, de algum modo, dizer-se que é imperativo maior da administração política de um país a promoção da não discriminação e da participação dos imigrantes na vida das comunidades locais, num esforço, pelo menos de palavra, para a inclusão na educação, na saúde e na cultura. O Plano para a Integração dos Imigrantes, adoptado pelos ministros portugueses em 2007<sup>3</sup>, reconhece uma «responsabilidade do Estado para com a integração destes cidadãos, com particular destaque para o reforço da coesão social e uma melhor integração e gestão da diversidade cultural». Para além de fixar como propósito «a integração com mais cidadania», este plano define ainda como princípio orientador a «participação e co-responsabilidade em todos os domínios da sociedade», pretendendo estimular «os imigrantes a assumirem-se como protagonistas participantes e co-responsáveis pelas políticas de imigração e não apenas seus beneficiários» (Preâmbulo da Resolução de Conselho de Ministros). De entre as 120 medidas aprovadas para o cumprimento destes pressupostos, o Plano para a Integração dos Imigrantes em Portugal abre para as preocupações com a sociedade da informação, propondo-se reforçar acções de inclusão digital junto das comunidades imigrantes como meio para «potenciar as tecnologias de informação e de comunicação para facilitar a inclusão social» e para «assegurar a inclusão digital como condição para a inclusão na sociedade moderna»<sup>4</sup>. Nesta matéria, o plano fixa ainda como medida fundamental o «fomento da diversidade cultural nos *media*» como forma de «estimular os meios de comunicação social a promoverem espaços de programação/informação que mostrem a diversidade cultural existente na sociedade portuguesa, valorizando as expressões culturais e linguísticas das comunidades imigrantes residentes em Portugal»<sup>5</sup>. Não escapa, pois, ao círculo de mediação do Estado a esfera dos *media* e o lugar que neles devem ocupar os imigrantes quer enquanto protagonistas de notícias quer enquanto membros da audiência.

Em 2006, num documento divulgado junto da comunicação social portuguesa, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial considerava que «a tolerância e o afecto pela diversidade são particularmente condicionados pela percepção que a opinião pública tem dos

---

<sup>3</sup> Resolução do Conselho de Ministros, nº 63-A/2007

<sup>4</sup> Página 2964-(10) do Diário da República nº 85, 1ª série, de 03 de Maio de 2007.

<sup>5</sup> Página 2963-(13) do Diário da República nº 85, 1ª série, de 03 de Maio de 2007.

imigrantes e das minorias através dos *media*»<sup>6</sup>. Consciente, portanto, do papel que os meios de comunicação social podem adquirir na formação da opinião pública, esta Comissão recomendaria então que os meios de comunicação evitassem «na construção das notícias, a referência a nacionalidade, etnia, religião ou situação documental, sempre que esta não seja um eixo explicativo do essencial da notícia». Num outro documento – uma carta aberta aos *media* – a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural reconheceria à Comunicação Social «um papel de primordial importância no que concerne à imagem que a sociedade no seu todo constrói acerca dos estrangeiros, dos imigrantes e dos indivíduos pertencentes a outras etnias ou religiões»<sup>7</sup>.

Especialmente decorrentes da associação dos imigrantes ao aumento dos comportamentos violentos noticiados pelos *media*, estas intervenções do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural junto dos órgãos de informação denotam bem a atenção dos organismos oficiais aos efeitos da mediatização. É neste quadro que se inscrevem os estudos regulares que em Portugal têm sido desenvolvidos acerca da informação veiculada pelos *media* sobre imigração e minorias étnicas e que confirmam que «os temas relacionados com a imigração entraram definitivamente nas rotinas de produção da imprensa e da televisão», sobretudo a pretexto de acontecimentos de carácter negativo, como sejam os crimes, os incidentes e a prostituição. (Ferin e Santos, 2008: 11). De acordo com a edição mais recente deste estudo, referente aos anos 2005 e 2006, os *media* passaram a integrar os imigrantes «dentro dos alinhamentos quotidianos de informação» (*ibidem*: 103). Não permitirá, no entanto, este facto que se abdique de uma estratégia de sensibilização dos *media*, por um lado, e de promoção dos imigrantes a categorias mais activas, por outro. É que os dados resultantes revelam que são ainda temáticas pouco diversas e normalmente conotadas com a marginalidade ou a ilegalidade que tornam os cidadãos de outras nacionalidades residentes em Portugal visíveis nos órgãos de comunicação. Por outro lado, dão conta os investigadores envolvidos nesta pesquisa que, apesar de ouvidos com significativa expressão na imprensa (representando quase 50% das fontes de informação de notícias a eles referentes), os imigrantes representam uma percentagem de intervenções na televisão francamente reduzida quando comparada com as fontes oficiais e especialistas.

---

<sup>6</sup> Documento relativo à “Posição sobre referências a nacionalidade, etnia, religião ou situação documental em notícias a partir de fontes oficiais e em meios de comunicação social”, datado de 10 de Abril de 2006 [disponível em <http://www.acidi.gov.pt/docs/CICDR/posicaoCICDRsobreReferenciasNacionalidade.pdf>]

<sup>7</sup> Carta aberta aos Media – enviada pela Alta Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural, em 17 de Setembro de 2008.

## 2. O lugar dos *media* portugueses na vida dos imigrantes em Portugal

Expressão privilegiada da vida social, política, económica e cultural, os *media*, enquanto produtores de discursos de actualidade, são efectivamente um dos espelhos mais significativos das representações sociais dos imigrantes. Mas são também, noutra prisma, um barómetro indispensável à análise da expressão e do lugar que os meios de comunicação ocupam na vida destes cidadãos. Num estudo financiado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, constatam os autores que a população “não nascida” em Portugal manifesta consumos de televisão equivalentes aos consumos registados por cidadãos “nascidos” no país<sup>8</sup>, encarando o pequeno ecrã como «actividade de lazer, doméstica e familiar, desfrutada como ‘companhia’ em casa» (Brites, 2008:236). Para além disso, atendendo às escolhas dos programas, é muito expressiva a percentagem de cidadãos supostamente imigrantes que admitem ver programas de informação. Na verdade, mais de 95% dos inquiridos assinala esta categoria como um género de preferência na Televisão que é o meio preferido neste grupo e ao qual se segue a Internet.

Mais significativa que a rádio, a imprensa é o terceiro recurso mediático dos imigrantes em Portugal em matéria de informação, não deixando de ser curioso que os ‘não nascidos’ em Portugal parecem ter uma relação mais assídua com os jornais do que a população nacional. Particularmente interessados em notícias que se prendem com o registo de acidentes e crimes, os nascidos ‘fora de Portugal’ são ainda, de acordo com os dados divulgados por este Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social em Portugal, mais interessados em notícias de Política (nacional e internacional) do que os próprios nativos do país (sendo a diferença de cerca de 10%).

No sector da rádio, os ‘não nascidos’ em Portugal são novamente mais consumidores do que os próprios nativos, sendo que 80% admite ouvir rádio diariamente, com uma preferência comum ao consumo nacional pelo período da manhã. Também equivalente ao paradigma nacional, a música é o género mais ouvido, seguindo-se-lhe a informação e o desporto.

Com padrões de recepção dos *media* muito semelhantes aos portugueses, os imigrantes em Portugal são, contudo, praticamente insignificantes nos espaços abertos à participação do público. Ora, tendo feito referência às representações dos imigrantes nos meios de comunicação nacionais e à recepção dos meios junto das comunidades estrangeiras residentes

---

<sup>8</sup> Tal como os autores do estudo, devemos assinalar que se toma de algum modo a população “não nascida” em Portugal à população imigrante, sabendo-se no entanto que nalguns casos não se tratará efectivamente de imigrantes nem de estrangeiros, pois esta classificação não afasta a possibilidade de nesta categoria estarem incluídos cidadãos portugueses nascidos no estrangeiro.

no país, pretendemos com efeito concentrar o ponto de miragem deste artigo na questão da participação, entendida como vector central dos *media* contemporâneos, cujo apelo generalizado à participação parece estar a ser alheia das vozes com acento estrangeiro.

### 3. Os diversos mares da participação

O conceito de participação flutua por diversos mares (Laclau e Moffe, 1985). Aqui reside, provavelmente, o primeiro obstáculo, neste oceano de definições. Consultando a definição simplista de um dicionário, constatamos que participação é o «acto ou efeito de participar. Aviso, parte, comunicação».<sup>9</sup> No radical do termo está o verbo participar, «dar parte a, avisar, comunicar, ter ou tomar parte. Ter natureza ou qualidades comuns a algum indivíduo».<sup>10</sup>

Apesar do registo breve e sintético, as significações apontadas pelos dicionários conotam o conceito com um certo apelo ao acto comunicativo, por um lado, e reconhecem um papel activo do indivíduo, por outro. Na verdade, muitos são os contextos onde o termo 'participação' parece ter uma aplicação particular. Não sendo exclusivo do campo político ou do campo mediático, o conceito parece de utilidade a diversas áreas que confluem de um modo ou de outro na ideia de 'participação cívica', que para Sherry Arnstein (1969:1) engloba todas as dimensões do acto participativo. Considera, com efeito, Arnstein (*idibem*) que «participação cívica é um termo categórico para o poder cívico. É a redistribuição do poder que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e económicos deliberarem relativamente ao futuro (...) Em suma, representa os meios pelos quais eles [cidadãos] podem introduzir significativas reformas sociais que permitam a partilha de benefícios futuros na sociedade». Como podemos verificar, tomada como definição geral de participação, esta concepção está fortemente implicada por uma conotação política.

Em termos concretos, pode dizer-se que teóricos e investigadores sempre restringiram a temática da participação ao espectro político, desde a antiguidade grega, com Aristóteles, no livro VIII de *A Política*, que já preconizava o ideal clássico da democracia ateniense, na medida em que considerava que a extensão do próprio Homem está no “governar e ser governado”. O pensador grego admitia que a melhor definição para cidadão radicava na sua participação na administração da justiça e do governo. Aristóteles referia ainda que o sentimento de pertença a uma comunidade fundamenta a participação. Os estudos mais recentes não se afastam, de facto, da predominância da participação na política. A tendência desses contributos sugere

---

<sup>9</sup> <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=participa%C3%A7%C3%A3o>

<sup>10</sup> <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=participar>

que a participação dos cidadãos nos assuntos públicos acaba por ser encarada como «um importante fundamento do funcionamento da democracia em sociedade» (Kang et al, 2003:80-1), seguindo estudos já realizados por Putnam (2000) ou de Madsen (1985).

### 3.1. Participação e o campo político

Dizíamos atrás que a participação pública é frequentemente associada ao âmbito político. Coloca os indivíduos na esfera de um determinado movimento de cariz partidário, de acordo com uma mobilização colectiva. Meijer *et al* abordam precisamente este aspecto na medida em que a participação na política «é um elemento chave na ciência política e é geralmente definida como o envolvimento nos processos políticos, administrativos e sociais» (2009:100). Neste contexto, os indivíduos assumem um papel central e reivindicador, uma vez que se transformam «eles próprios em pessoas activas que se apercebem de que o que estão a exigir é entendido como um bem comum» (*ibidem*). Ainda na encruzilhada de definições, o conceito de participação política presta-se a várias interpretações. Renato Cancian (2005:10) entende que «a participação política designa uma grande variedade de actividades, como votar, candidatar-se a algum cargo electivo, apoiar um candidato ou organização política, contribuir financeiramente para um partido político, participar em reuniões, manifestações ou comícios públicos, proceder à discussão de assuntos políticos, etc.». Fortemente relacionado com o exercício de cidadania, Cancian (*ibidem*) define igualmente três níveis de participação política, compreendidos entre:

- A **presença** (estado base da mobilização que aponta a uma certa passividade, como, por exemplo, «a participação em reuniões, ou meramente receptivos, como a exposição a mensagens e propagandas políticas»),
- A **activação** (que imprime um certo voluntarismo individual dentro e/ou fora das organizações, «podendo abranger participação em campanhas eleitorais, propaganda e militância partidária, além de participação em manifestações públicas»),
- E, por último, a **definição** (patamar em que o indivíduo contribui directa ou indirectamente para uma decisão política, «elegendo um representante político ou candidatando-se a um cargo governamental, legislativo ou executivo»).

Transportando a intervenção cívica na política para a espuma dos nossos dias, poderemos distinguir alguns paradoxos. Sugerindo ainda o contributo de Cancian, (2005:39) constatar-se-ia que durante a ditadura militar no Brasil, entre 1964-1985, não obstante o período de repressão política e opressão das liberdades individuais, «a ausência de democracia fez, porém, com que surgissem novos canais de participação política. (...) A juventude universitária brasileira transformou o movimento estudantil no principal canal de participação política».



Nos tempos mais recentes, outro paradoxo tem vindo a ser destacado, com Peter Dahlgren (2006) a denunciar a maior debilidade das democracias modernas pela falta de participação cívica, uma linha de pensamento que já tinha sido defendida por Matthew Hibberd, na medida em que «os anos mais recentes têm mostrado um declínio nas formas de participação política, como a adesão a um partido, campanha e voto em eleições. Ao mesmo tempo, a mediação da participação pública no debate político, através de vários formatos na rádio e na TV, tem aumentado, bem como o número de pessoas que utiliza websites para debater assuntos e organizar actividade política» (2003:47).

### **3.2. Participação na esfera da Cultura**

Outra dimensão em investigações contemporâneas sobre participação inscreve esta prática no âmbito dos estudos culturais. Exemplo disso é o contributo de Syed Ahmed, um estudioso dos diversos temas relacionados com a intervenção do teatro e da representação dramática como factores de mobilização social e cultural, junto de populações desfavorecidas económica e culturalmente. A propósito da tese de doutoramento – *Theatre for development and cultural identity* – que defendeu em 1988, na Universidade de Warwick, em Inglaterra, Ahmed questionou-se, em termos genéricos, sobre a cultura de silêncio de determinados países mais pobres e a “ignorância e letargia do Terceiro Mundo” (1988:13). Ahmed pronunciou-se a propósito também da intervenção do público, tendo o teatro e as comunidades mais pobres como pano de fundo. O autor bengali considera que o diálogo crítico e de libertação advêm da acção e insurge-se contra aquilo que designa por “banking education” – educação estática, um entendimento seguido pelas organizações acompanhadas por Ahmed. Neste capítulo, o autor observou o grupo de teatro das mulheres do *guetto*, da Jamaica (1997), e registou as queixas de mulheres em relação a alegados maus tratos por parte de homens, tema que inclusive formava parte dos guiões desta companhia de teatro, ajudando-as a difundir a consciência social para este assunto – “dispositivos dramáticos de resolução de problemas” (1988:93). Na capital cubana de 1968, numa era pós-revolução, Ahmed contactou com o grupo de teatro Escambray, um “grupo de profissionais treinados e experimentados” que resolveu difundir o descontentamento pela situação social e política cubanas. Paulo Freire, diversas ocasiões citado por Syed Ahmed, é um autor fundamental nestas questões, nomeadamente com a obra de 1972, *Pedagogia do Oprimido*. Freire considera que «a educação ora funciona como instrumento de integração das gerações mais novas (...) ora como prática da liberdade» (citado por Ahmed, 1988: 13). No fundo, o contributo de Ahmed serve para destacar a importância que a cultura, nomeadamente o teatro, pode ter na tomada de consciência dos problemas e questões sociais, sendo que o objectivo fundamental está não só na educação dos públicos,

mas também na acção colectiva. Aqui constatamos um traço comum relativamente à participação política e cultural: a promoção da acção crítica. Um traço que se mantém inviolável noutros domínios ou contextos onde a participação do indivíduo pode desenrolar-se.

### **3.3. Participação e a tribuna da Justiça**

Numa outra vertente, o conceito de participação pode também ser associado à justiça, nomeadamente na figura do jurado, um grupo específico de um tribunal em que os cidadãos, previamente alistados, decidem, de acordo com a sua consciência e sob juramento, sobre a culpabilidade ou não dos acusados, em matérias criminais. A possibilidade de intervenção popular nos tribunais está prevista, no contexto português, no Decreto-Lei n.º 387-A, de 29 de Dezembro de 1987. No artigo 1º do referido Decreto-Lei, é mencionada a composição do júri, com três juízes do colectivo, quatro jurados colectivos e quatro suplentes. A figura do jurado corresponde justamente ao cidadão que foi seleccionado através de duplo sorteio – artigo 8º – condição a partir da qual se verifica, posteriormente, o cumprimento das condições genéricas decorrentes do cargo (artigo 3º). O estatuto do jurado, previsto igualmente nesse documento legal, prevê ainda as incompatibilidades para a função, na medida em que os cidadãos sorteados – através dos cadernos eleitorais, em número de cem numa primeira selecção (artigo 8º) – não podem ter relações familiares nem ser testemunha de arguidos, como destaca o artigo 4º. Neste documento legal, os jurados têm os seus direitos e deveres precavidos. A ordem jurídica portuguesa indica que o exercício das funções de jurado é “um serviço público obrigatório” (artigo 16º), pelo que prevê igualmente as condições permitidas para escusas e recusas do cumprimento desse cargo (artigo 6º). Pode dizer-se que a intervenção cívica na justiça, ao nível dos jurados é bastante arduosa e complexa. Numa outra perspectiva, a participação dos cidadãos é apenas reduzida a um registo passivo de mera observação dos casos que transitam para julgamento num determinado tribunal. Será, pois, uma observação não-participante, como é possível deduzir do artigo 87º, do Código de Processo Penal, na secção assistência do público a actos processuais.

### **3.4. Participação e Educação:**

Também no sector da Educação a ideia de participação tem merecido alguma atenção dos investigadores que têm olhado para o tema sobretudo na óptica de que a escola assume um papel determinante na socialização dos jovens. Tomaz Nunes abordou precisamente o tema em que os jovens se encontram no interior daquilo que poderíamos sugerir como um triângulo simbólico, onde nos vértices se encontram pais, escola e sociedade civil. No entendimento de Bastiani, citado por Pedro Silva (2003: 86), a participação associada ao contexto escolar servirá

para responder à «partilha de poder, responsabilidade e posse, não necessariamente em pé de igualdade, um grau de reciprocidade, através da capacidade de ouvir o outro, de diálogo e de cedências mútuas; (...) um empenhamento na acção conjunta, em que pais, alunos e profissionais trabalham em conjunto para a resolução de problemas». Por estas palavras, podemos induzir que a gestão participativa nas escolas, sob o triângulo simbólico aqui admitido, pode favorecer o envolvimento parental e da comunidade, imprimindo igualmente necessidade de formação e consciencialização para os benefícios de uma relação mais dinâmica e interactiva. Como sugere Ramiro Marques (1993), esta relação impede que os alunos sejam tratados de uma forma passiva, como meros receptores de conhecimentos transmitidos pelos professores. É, pois, também aqui positiva a conotação que a participação pode trazer ao contexto educativo.

### **3.5. Participação e o quadro mediático**

Central ao nosso estudo, a participação nos *media* tem sido um conceito reclamado como fundamental a uma geração pós-electrónica, embora ainda assim não sendo de fácil definição. Se Espen Ytterberg (2004: 678) refere que a participação neste domínio consiste na «conjugação de um determinado conjunto de papéis dados pelo contexto de produção e pelas exigências do próprio formato», Gunn Sara Enli (2008:106) acredita que o conceito está inserido num «novo grupo de oportunidades de *feedback*, potenciados pela era digital». A participação assume-se, desta forma, como uma estratégia que combina legitimidade na integração do público nas produções mediáticas com conotações positivas para a entidade que a promove (Enli, 2008:110). Ainda no campo das várias definições, Barbrook (1995, cit. por Hamilton, 2003:297) defende que a participação não deverá ser entendida «à luz de um sentido unidireccional de maior ou menor diversidade, mas sim como uma de muitas tentativas para superar as contradições existentes entre a participação mediática e a democracia». Denning (1990, cit. por Hamilton, 2003:297) considera que, não obstante a existência de possibilidades de participação, deverá optar-se pela diversificação de formatos nos mais variados contextos, numa tentativa de alargar a tendência de integrar o público não apenas no discurso dos *media*. Por outro lado, Gunn Sara Enli acredita (2008:114), embora num tom de algum misticismo, que o público intervém nos *media* porque «necessita de percorrer a grande escada da cultura, de se deslocar das trevas para a luz». Interessante pode ser o entendimento de Nico Carpentier e Benjamin de Cleen, uma vez que atribuem à participação mediática uma componente “quase messiânica”. Referem os dois investigadores que as perspectivas sobre o conceito procuram “proteger-nos e salvar-nos” (2008: 2-3). Participação mediática é, neste sentido, uma clara ligação ou “compulsão à ligação”, como

diria José Bragança de Miranda, a um determinado meio. Levenshus (2008) considera que incluir a noção de participação na actualidade dos *media* é uma tarefa inevitável, considerando que devolver o microfone ao público é a missão dos *media*.

A descrição que tem vindo a ser elaborada nestes pontos não pretenderá, seguramente, restringir a vida social, perspectivada sob o segmento da participação, a estas categorizações, política, cultura, justiça, educação e *media*. O leque de oportunidades participativas incluirá seguramente muitas outras dimensões, no entanto afigura-se esta abordagem apenas como um contributo para destacar alguns dos contextos onde, de facto, a participação pública tem sido analisada, investigada e debatida com maior insistência. O debate que aqui se produz presta-se igualmente a esse propósito, na tentativa de discernir algumas das dimensões mais relevantes da intervenção cívica e, porventura, deixar algumas pistas sobre outros domínios da sociabilidade que sugerem focos recentes ou em vias de expansão na força de comportamentos participativos.

#### **4. Participação dos imigrantes: entre intuições e metodologias**

Embora conscientes das diversas esferas da vida social em que a participação assume lugar central, votamos neste artigo especial atenção à participação através dos *media*. E fazemo-lo procurando reflectir sobre o lugar particular dos imigrantes no seio das audiências que os meios de comunicação convidam a participar a partir dos diversos canais disponibilizados para o efeito. Carece esta matéria de estudos que dêem conta do que realmente se passa quer em Portugal quer noutros países onde a imigração regista valores significativos. Por isso, apesar de incipiente, o estudo exploratório que apresentamos tem como objectivo fazer uma primeira aproximação ao tema, confrontando precisamente as questões da representatividade da voz do imigrante nos espaços de discussão pública promovidos pelos *media* nacionais.

Algumas intuições conduziram-nos às hipóteses que orientaram o trabalho de observação empreendido. Na verdade, por razões meramente impressivas e intuitivas, seríamos levados a acreditar que existe pouca propensão, por parte dos imigrantes, à participação nos espaços de opinião pública através dos *media*, em Portugal. Esta é, com efeito, a primeira hipótese de trabalho, que admite que se desconhecem, com rigor e propriedade, as justificações que se colocam neste sentido, centrando-se o enfoque na constatação da participação ou ausência dela.

A intenção deste estudo exploratório não poderia, no entanto, ignorar a cobertura mediática da imigração como tema da informação. Este olhar para a cobertura jornalística, focada na

questão da imigração, pretende averiguar a relação entre a presença ou não de um tema nos conteúdos jornalísticos e a propensão e participação efectiva. Não poderia, aliás, esta questão ser excluída, sob pena de não se considerarem os enviesamentos possivelmente decorrentes de alguma situação de excepção no que à agenda jornalística diz respeito.

Apesar de não constituir um eixo central na nossa investigação, seguimos uma ideia manifestada por investigadores como Vogel (2005), para quem os emigrantes não se encontram apenas afastados dos seus países como também dos próprios *media*. Atendendo a esta premissa, numa abordagem especialmente focada nos imigrantes em Portugal, considerámos ainda o lugar dos emigrantes portugueses que, desta forma, consideraríamos igualmente ‘afastados’ da dinâmica dos órgãos de comunicação social nacionais.

Em termos metodológicos, procurámos observar durante duas semanas o curso de um conjunto de programas e espaços que se inscrevem naquilo que denominaríamos de lugares de participação do cidadão nos *media*. Fixou-se, portanto, aleatoriamente duas semanas do mês de Outubro de 2009 (de 12 a 16 e de 19 a 23), considerando-se as emissões e edições de segunda a sexta-feira apenas, por se entender que o fim-de-semana tem, em termos de programação e de publicações características que os distinguem dos restantes dias da semana<sup>11</sup>. Sabemos como este recorte temporal é acanhado. No entanto, julgamos que ele é francamente ilustrativo da normalidade, isto é, do dia-a-dia da agenda destes espaços.

Ora, no que diz respeito a programas e iniciativas vocacionadas à participação, fizemos também uma selecção, dada a impossibilidade de observar o conjunto de todos os canais disponibilizados pelos *media* em matéria de participação. Assim, atendendo às características próprias dos espaços que apelam à intervenção das audiências, centrámos a observação nos seguintes espaços, assegurando a representatividade de cada modalidade mediática: na televisão, visionámos os programas “Antena Aberta”, da RTPN e “Opinião Pública” do canal SIC Notícias; na imprensa, lemos as “Cartas do Leitor” do ‘Jornal de Notícias’ e as “Cartas ao Director” do jornal ‘PÚBLICO’; na rádio ouvimos as emissões dos programas “Fórum TSF” da rádio TSF e “Antena Aberta<sup>12</sup>” da Antena 1, principal canal de serviço público da radiodifusão; no online, anotámos os comentários submetidos aos espaços “Fórum Record”, da edição

---

<sup>11</sup> A retirada dos dois fins-de-semana justifica-se ainda pela ausência de emissões dos programas Antena Aberta (RTPN e Antena 1) e Fórum TSF (TSF) e pela necessidade de colocar em pé de igualdade todos os formatos participativos, nos dias em que todos estavam a ser transmitidos.

<sup>12</sup> Deve referir-se que o programa Antena Aberta faz parte das emissões do serviço público de televisão (sendo emitido no cabo pela RTPN) e de rádio (Antena 1), assumindo o mesmo formato e apenas variando no horário de transmissão (11horas na rádio e 17horas na televisão).

online do jornal 'Record')<sup>13</sup> e "Coluna de Opinião" da edição online do jornal 'Diário de Notícias'<sup>14</sup>.

Os critérios de selecção dos *media* apontam de facto para diferentes direcções. Na amostra não seria possível, a nosso ver, excluir o serviço público de televisão e de rádio, uma vez que o Estado português se propõe precisamente contribuir para a promoção «do direito de informar e de ser informado, com rigor e independência, sem impedimentos nem discriminações», como consagra por exemplo, a alínea b, número 1, do artigo 8º da Lei de Televisão, o que já indicaria a tentativa de abranger todos os públicos, comportando as diferentes faixas etárias e comunidades étnicas. Todavia, o serviço público não desempenha o critério fundamental neste ponto. Optou-se pela selecção de canais televisivos e radiofónicos informativos – RTPN e SIC Notícias, TSF e Antena 1 – precisamente pela predominância da informação na actividade dessas organizações. No online, escolheu-se um espaço criado recentemente – "Fórum Record" – uma vez que a edição online desse diário foi um dos primeiros jornais desportivos portugueses a mostrar sensibilidade para a criação de espaços interactivos com os leitores na rede. Por outro lado, a escolha recaiu na "Coluna de Opinião" do 'Diário de Notícias', onde são colocadas diariamente as reflexões de figuras importantes da sociedade portuguesa. Na imprensa, a observação orientou o olhar para dois periódicos com uma posição privilegiada no panorama mediático nacional e com abordagens diferentes: um jornal considerado de referência como é o caso do 'PÚBLICO', em contraposição com um jornal de cariz mais popular como é o 'Jornal de Notícias'. O propósito assenta precisamente na vontade de analisar, eventualmente, as diferenças de registos entre as duas publicações. As escolhas no âmbito radiofónico – "Fórum TSF" e "Antena Aberta" – reflectem apenas um certo reconhecimento generalizado de dois espaços emblemáticos de opinião pública nas rádios portuguesas.

O objectivo, como dissemos, consiste na tentativa de encontrar a participação de imigrantes nesses espaços de opinião pública. A identificação realizou-se através do nome e da localidade a que os participantes faziam referência. O critério é frágil, sendo impossível aferir com exactidão a naturalidade dos intervenientes nestes espaços, mas atendendo ao facto de serem facilmente identificáveis nomes estrangeiros e vozes de acento brasileiro ou africano, julgamos não haver neste domínio qualquer enviesamento significativo.

## **5. A imigração vista pela imprensa seleccionada nas semanas de observação: a agenda no olhar e um caso excepcional**

---

<sup>13</sup> <http://comunidade.xl.pt/Record/forums/31.aspx>

<sup>14</sup> <http://dn.sapo.pt/inicio/opiniaio/>

Neste período de observação, centrado nas duas semanas intermédias de Outubro de 2009, a imigração e os imigrantes obtiveram algum destaque na agenda jornalística. O caso excepcional haveria de ser protagonizado pelo diário de cariz popular, o ‘Jornal de Notícias’ (JN), ao destacar quatro peças jornalísticas com conteúdos associados à população imigrante. Duas refere-se a actos criminais por parte de grupos de imigrantes em Portugal (furtos a uma gasolinheira e habitação), ambas no dia 13 de Outubro de 2009, e as restantes abordam a integração dos filhos dos imigrantes (23 de Outubro) – questão considerada “crucial” por um relatório entretanto divulgado pela UNICEF – e a possibilidade de imigrantes adultos poderem frequentar cursos de português (16 de Outubro), uma medida publicada no Diário da República. No jornal ‘PÚBLICO’, há apenas o registo, no dia 16 de Outubro, para uma breve notícia sobre uma detenção de suspeitos por contrafacção e imigração ilegal, alegadamente praticada por quatro imigrantes. Como foi possível evidenciar, o período designado para o estudo não pode ser encarado como uma oportunidade particularmente fértil para o destaque de conteúdos jornalísticos sobre imigração<sup>15</sup>.

## **6. Resultados: o silêncio dos imigrantes**

### **6.1. Imprensa: Jornal de Notícias | PÚBLICO**

Nestes dois jornais, a preocupação centrou-se em analisar o contributo dos cidadãos ao nível das “Cartas do Leitor” (‘Jornal de Notícias’) e das “Cartas ao Director” (‘PÚBLICO’), dois espaços tradicionalmente concebidos pelos dois periódicos para a publicação de cartas enviadas pelos leitores.

No caso do ‘JN’, foram analisados 36 contributos por parte de leitores e não há registo de qualquer intervenção por parte de imigrantes. No ‘PÚBLICO’, não houve um número tão elevado de colaborações dos leitores – fixaram-se apenas nas 21 cartas –, no entanto, a dúvida sobre a nacionalidade foi suscitada em três casos: Hans-Peter Heilmar, de Lisboa, na edição de 16 de Outubro; Augusto Küttner de Magalhães, Porto, a 21 de Outubro, e ainda no dia 23,

---

<sup>15</sup> Se bem que este não seja um tema totalmente alheio da agenda jornalística portuguesa, pois justamente nos dias posteriores à amostra em análise, aproveitando o lançamento de um estudo sobre a representação dos portugueses sobre os imigrantes que residem no país, o jornal ‘PÚBLICO’ trabalhou, numa grande reportagem, as abordagens que se colocam à actualidade do imigrante. O destaque surgiu no dia 8 de Novembro de 2009, pelo que não foi incluído no período de observação. Todavia, o trabalho desenvolvido pelo PÚBLICO reveste-se, provavelmente, de especial importância para o conjunto de reflexões que desenvolvemos e confere algumas pistas sobre possíveis conclusões que venhamos a extrair. Com o título «Em Portugal não há dinheiro, mas há sentimentos», esta reportagem destacou algumas declarações de indivíduos entrevistados, como por exemplo a de Arvyol Namniyek, oriundo da Ucrânia: “Queríamos sair para um lado qualquer. Não tínhamos quase nenhum dinheiro e Portugal era o mais barato. Visitei muitos países e nunca vi um tratamento tão bom [no hospital]. Num país grande, nunca seria assim”

Rudolfo Burmester, do Porto. O discurso não permitiu, ainda assim, a identificação inequívoca sobre a nacionalidade destes leitores, pelo que não serão incluídos no grupo de imigrantes. Sublinhamos, neste ponto, que os critérios que presidiram à identificação de imigrantes podem não ter sido suficientemente esclarecedores, na medida em que o reconhecimento da imigração pode estar para lá do nome, da localidade e do discurso. A reconhecer-se, no entanto, um mínimo de validade a estes critérios, deve, pois, assumir-se que a participação de imigrantes é, senão inexistente, praticamente insignificante.

## **6.2. Rádio: TSF | Antena 1**

O carácter emblemático dos programas “Fórum TSF” (TSF) e “Antena Aberta” (Antena 1) não é suficiente para a obtenção de resultados distintos. Importantes no panorama radiofónico português, estes são espaços onde, uma vez mais, não foi possível constatar uma forte intervenção dos imigrantes. O único caso onde se verificou a participação efectiva de um imigrante foi na emissão de 19 de Outubro do Fórum da TSF. Através de um comentário realizado no Fórum online da TSF, um imigrante da Ucrânia fez uma série de comentários acerca de um possível encontro entre as selecções nacionais de futebol de Portugal e Ucrânia, no *Play-off* de apuramento para o Mundial de 2010 na África do Sul. A referida emissão contou igualmente com a intervenção do Presidente da Associação dos Imigrantes Ucrânicos em Portugal, Pavlo Sadoka, mas não deve contabilizar-se esta participação nos nossos resultados, uma vez que a participação decorreu de um convite e não de um acto voluntário. Na auscultação do “Fórum TSF”, as dez emissões não permitiram a recolha de outras intervenções de imigrantes, salientando-se apenas, de novo, a presença de um contributo que encerra dúvidas, na emissão de 21 de Outubro, marcada por um ouvinte com um nome susceptível de ser confundido com um imigrante brasileiro, hesitação que foi suscitada igualmente pelo sotaque do ouvinte. Nota ainda para a participação de um emigrante na Galiza, na emissão de 23 de Outubro. Em suma, no conjunto das 169 participações no programa no período em análise, há apenas registo confirmado de um imigrante.

No programa “Antena Aberta”, por outro lado, não houve sequer lugar a dúvidas. Ao longo de dez emissões, que corresponderam a 89 participações, não se registou qualquer intervenção nem de imigrantes nem de emigrantes.

## **6.3. Televisão: RTPN | SIC Notícias**

Nos programas televisivos seleccionados, a tendência da não participação acaba por manter-se inalterável. No programa “Antena Aberta” da RTPN registaram-se 95 participantes e,



novamente, nenhum imigrante. Há apenas duas situações a registar: a intervenção de um emigrante português na Holanda, na emissão de 20 de Outubro e mais uma vez a dúvida sobre a nacionalidade de um outro participante, por questões do nome próprio e do sotaque.

No programa “Opinião Pública” não foi visível, novamente, qualquer intervenção de imigrantes ou emigrantes, no conjunto dos 99 participantes a quem a SIC Notícias deu oportunidade de participar, no total das duas semanas em análise.

#### **6.4. Online: Record | Diário de Notícias**

Estendemos as nossas reflexões até ao universo online, na medida em que diversas têm sido as alusões à tecnologia como factor decisivo para a participação dos cidadãos nos *media* (Kelly, 2009). No entanto, não foi possível seguir, de algum modo, o entendimento de John Kelly. A coluna de opinião do ‘Diário de Notícias’ não revela, aparentemente, qualquer participação de imigrantes, apesar dos 44 comentários publicados no site. Contudo, registámos a intervenção de 5 emigrantes, residentes no Brasil, na Holanda, na Bélgica, na Finlândia e na Suíça. No “Fórum Record”, um espaço de opinião pública criado precisamente em Outubro de 2009, não houve alterações à linha de não intervenção que tivemos oportunidade de constatar: 11 participantes, nenhum imigrante, apesar de não ter sido possível averiguar a localidade de quatro intervenientes. Assumimos, porventura, que o carácter de novidade e pelo facto de ainda não ter tido um período de tempo considerável para a afirmação podem perfeitamente ter condicionado os resultados obtidos no “Fórum Record”.

#### **7. Leitura de resultados: da aproximação a intuições à necessidade de intervenção**

Reconhecendo a dificuldade em averiguar, com a propriedade que um estudo de maior escala e dimensão poderia indicar, a naturalidade de alguns participantes, reveste-se este caso exploratório de uma missão muito particular: tentar abrir caminho à discussão sobre a integração do imigrante, não só do ponto de vista político, cultural e social, mas também nos *media*, sobretudo se os perspectivarmos como importantes espaços educacionais e mobilizadores da vida pública. A amostra, como também poderá ser reconhecido, procurou observar a questão em cada modalidade do jornalismo para comparar eventuais diferenças de registo e distintos níveis de participação.

No entanto, os resultados parecem confirmar a hipótese de trabalho, na medida em que não existem dados reveladores da participação efectiva de imigrantes, excepção feita a um único caso, na emissão do Fórum da TSF de 19 de Outubro. Não serão os resultados porventura suficientes para estabelecermos uma relação de causalidade entre a exposição mediática e o

grau de participação de determinados grupos, mas é talvez significativo o facto de a única intervenção num programa de rádio surgir no contexto de especulação sobre um eventual jogo de *playoff* entre Portugal e Ucrânia, de acesso ao Mundial de futebol de 2010.

Relativamente ao lugar dos emigrantes, somos forçados a reconhecer a verdade de Vogel e admitir um certo afastamento do emigrante português em relação aos *media* nacionais, mesmo quando estão salvaguardadas as condições de acessibilidade como é o caso da imprensa e do online. Se alguma comparação for possível entre a participação dos imigrantes e dos emigrantes, deverá por certo reconhecer-se, a partir da observação de duas semanas, que é ligeiramente mais significativa a propensão dos nativos, mesmo quando residentes no estrangeiro, para intervir através dos *media* (5 emigrantes na coluna online do 'Diário de Notícias' e outros dois divididos entre os programas "Antena Aberta" (RTPN) e "Fórum TSF").

Não são, como sugeríamos antes, nada surpreendentes estes resultados. Correspondem, de algum modo, às intuições de partida, confirmando deste modo a nossa tese em torno das questões da literacia mediática. Não podem, é certo, ser ignorados vários constrangimentos no acesso dos imigrantes aos programas e publicações com apelo à participação. O domínio da língua é um factor essencial, a que deve juntar-se a (in)compreensão da actualidade mediática debatida nestes espaços. No entanto, tendo em conta o facto de a recepção não ser significativamente diferente da da população nativa, também aqui julgamos haver algum trabalho de relevo a ser empreendido, no sentido de promover a melhor integração da comunidade imigrante. Daí que se insista que estes resultados sejam tomados como um desafio para os propósitos da educação para os *media*, não apenas na promoção da recepção mas também da participação, sob pena de os imigrantes continuarem a ser um sector silencioso das audiências.

## **Bibliografia**

AHMED, Syed (1988) *Theatre for development and cultural identity*, Provas de Doutoramento em Estudos Teatrais, Universidade de Warwick, Inglaterra.

ARNSTEIN, Sherry (1969). *A Ladder of Citizen Participation*. Disponível em {consult. 23/10/09}: [http://li\(thgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.html](http://li(thgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.html)

BENNETT, W. Lance (2008). *Changing Citizenship in the Digital Age* In *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth*. Cambridge: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning pp. 1 – 24

BRITES, Rui *et al.* (2008) – *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses* – Lisboa: ERC

CANCIAN, Renato (2005). *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. EdUFSCar: São Carlos.

CASTELLS, M. (2005) – *A sociedade em rede – do conhecimento à acção política* – Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda

FERIN, I. e SANTOS, C. A. (2008) – *Media, Imigração e Minorias Étnicas – 2005-2006* – Lisboa: ACIDI

HAESBAERT, R. (2005) – “Da desterritorialização à multiterritorialidade” – in *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo*, pp. 6774-6792

HIBBERD, Matthew (2003). *E-Participation, Broadcasting and Democracy in the UK*, In *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*. Pp. 9 - 47

KANG, Naewon & KWAK, Nojin (2003). *A Multilevel Approach to Civic Participation: Individual Length of Residence, Neighborhood Residential Stability, and Their Interactive Effects With Media Use In Communication Research* pp. 30-80

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal (1985) *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso

MARQUES, Rui (1993a). *A escola e os pais: como colaborar?* (4ª ed.). Lisboa: Texto Editora

SILVA, Pedro (2003). *Escola-Família, uma relação armadilhada. Interculturalidade e relações de poder*. Porto: Edições Afrontamento, Coleção “Biblioteca das Ciências do Homem”.

## **Nota biográfica dos autores**

### **Fábio Fonseca Ribeiro**

Mestre em Ciências da Comunicação na área de especialização Informação e Jornalismo pela Universidade do Minho, em 2008, é actualmente bolseiro de investigação científica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com referência SFRH / BD / 47490 / 2008 e doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho.

### **Madalena Oliveira**

Doutorada em Ciências da Comunicação na área de conhecimento de Sociologia da Informação pela Universidade do Minho, é docente do Departamento de Ciências da Comunicação desta Universidade, membro do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Secretária-Geral da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.